

RECURSO ESPECIAL Nº 1.763.769 - SP (2018/0225238-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : TRIÂNGULO DO SOL AUTO ESTRADAS S/A
ADVOGADOS : PAULO AUGUSTO BERNARDI - SP095941
CRISTIANO AUGUSTO MACCAGNAN ROSSI E OUTRO(S) -
SP121994
RECORRIDO : CHUBB SEGUROS BRASIL S.A
OUTRO NOME : ACE SEGURADORA S/A
ADVOGADOS : DARCIO JOSE DA MOTA - SP067669
INALDO BEZERRA SILVA JUNIOR - SP132994
MAURÍCIO ALMEIDA FIORI E OUTRO(S) - SP282360
AGRAVANTE : CHUBB SEGUROS BRASIL S.A
OUTRO NOME : ACE SEGURADORA S/A
ADVOGADOS : DARCIO JOSE DA MOTA - SP067669
INALDO BEZERRA SILVA JUNIOR - SP132994
MAURÍCIO ALMEIDA FIORI E OUTRO(S) - SP282360
AGRAVADO : TRIÂNGULO DO SOL AUTO ESTRADAS S/A
ADVOGADOS : PAULO AUGUSTO BERNARDI - SP095941
CRISTIANO AUGUSTO MACCAGNAN ROSSI E OUTRO(S) -
SP121994
INTERES. : ANDREA GOMES DA SILVA MONTALVAO
INTERES. : JANAINA DE FATIMA BARBOSA DE LIMA
ADVOGADOS : JACI TEREZINHA SOARES DE CASTRO - SP161115
LENIRO DA FONSECA - SP078066

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por TRIÂNGULO DO SOL AUTO ESTRADAS S/A, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, em desafio a acórdão de fls. 1045/1053 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

Acidente de trânsito. Ação indenizatória em fase de cumprimento de sentença. Na denúncia da lide julgada procedente na fase de conhecimento, é de um ano o prazo prescricional para o exercício da pretensão executiva do segurado contra o segurador (art. 206, II “a”, do Código Civil). Hipótese em que a intimação da denunciada para cumprimento da condenação imposta na lide secundária foi requerida no dia seguinte ao termo inicial da prescrição, que é o pagamento realizado pela denunciante aos autores da ação. Prescrição incorrente. Para efeito de apuração do ressarcimento devido ao segurado, deve ser abatida a franquia acrescida de correção monetária, desde a data do sinistro até o pagamento feito aos demandantes, tendo em vista que o valor fixado quando da celebração do contrato de seguro sofreu depreciação e não mais atende ao equilíbrio financeiro estabelecido pelo cálculo atuarial que definiu o montante.

Precedente desta Col. Câmara. A aplicação do encargo em questão, ainda que ausente previsão contratual ou fixação expressa no título judicial, não viola a coisa julgada ou o ato jurídico perfeito.
Recurso parcialmente provido.

Nas razões do recurso especial, alegou a insurgente, além de dissídio jurisprudencial, que o acórdão recorrido violou os artigos 421, 422, 757 e 760 todos do Código Civil de 2002.

Sustentou, em síntese que o *"contrato de seguro firmado entre as partes e juntado aos autos não prevê a atualização da franquia"*, e, portanto, *"não havendo previsão contratual, impossível a correção monetária da franquia"*.

Contrarrazões às fls. 1104/1111, e-STJ.

Às fls. 1182/1184 e-STJ, a irresignação recebeu juízo positivo de admissibilidade.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. Cinge-se a pretensão recursal à verificação acerca do cabimento da incidência de correção monetária sobre o valor da franquia a ser abatida do valor da indenização securitária paga em decorrência de responsabilidade civil.

O Tribunal de origem, a fim de se manter o equilíbrio contratual, concluiu por ser cabível a correção monetária do valor da franquia, ainda que não houvesse previsão contratual expressa ou fixação em título judicial, pois tal medida visa, apenas, recompor o poder da moeda, corroído pelos efeitos da inflação diante do transcurso do tempo.

Confira-se a fundamentação do acórdão recorrido (fls. 1051/1052, e-STJ):

Ainda que não haja previsão contratual para correção monetária do valor da franquia, não se pode ignorar o fato de que o contrato de seguro foi firmado para vigor de 01.06.1998 a 31.05.1999 (fl. 238, item 5), definindo, à época, franquia de R\$ 80.000,00 para a hipótese de responsabilidade civil operacional decorrente de acidentes provocados por animais na pista (fl. 241, item 10.3.1).

Passados cerca de 14 anos entre a elaboração dos cálculos atuariais que definiram o valor da franquia e a data do pagamento às vítimas, é inegável que a expressão econômica desse montante não é mais a mesma, tendo em vista que sofre depreciação com o passar do tempo, corroído pela inflação, aumentando gradativamente a discrepância entre o cálculo que o estabeleceu e o valor realmente devido à medida que a data de pagamento da compensação financeira à seguradora se distancia do início de vigência do seguro.

Deste modo, o valor de R\$ 80.000,00 só atenderia ao equilíbrio financeiro estabelecido pelo cálculo atuarial se a concessionária o tivesse pago durante a vigência da apólice. No entanto, cumpriu a condenação em 11.06.2012, quando aquela quantia já estava extremamente depreciada.

Por isso, assiste razão à impugnante, que atualizou a franquia pelos índices da Tabela Prática do TJSP desde a data do sinistro até o pagamento da indenização às autoras (fl. 852), em ordem apenas a recompor a expressão econômica da moeda, que se perde em decorrência do processo

inflacionário.

(...)

Em vista de tais ponderações, é oportuno anotar que não há violação à coisa julgada ou ao ato jurídico perfeito pela aplicação de correção monetária sobre o valor da franquia, ainda que ausente previsão contratual ou fixação expressa no título judicial. Aliás, pela dicção do art. 1º da Lei 6.899/81, a correção monetária deve ser considerada como pedido implícito.

A propósito, já assentou a Corte Especial do E. Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.112.524/DF: “A correção monetária é matéria de ordem pública, integrando o pedido de forma implícita, razão pela qual sua inclusão ex officio, pelo juiz ou tribunal, não caracteriza julgamento extra ou ultra petita, hipótese em que prescindível o princípio da congruência entre o pedido e a decisão judicial”.

Com efeito, observa-se que a matéria debatida pela parte recorrente encontra-se pacificada nesta Corte nos termos do que decidido pelo Tribunal de origem, no sentido de que a *"correção monetária não constitui plus ou acréscimo material à dívida, mas simples mecanismo de recomposição do seu valor monetário em razão do tempo transcorrido"* (REsp 1661139/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/05/2017, DJe 16/05/2017).

Nesse mesmo sentido:

ADMINISTRATIVO. PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. DEMORA PARA A ASSINATURA DO CONTRATO. AFASTAMENTO DA CORREÇÃO MONETÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. MERA ATUALIZAÇÃO DO VALOR REAL DA MOEDA. INCIDÊNCIA.

1. A correção monetária garante a reposição do valor real da moeda, não se mostrando possível afastar a previsão editalícia de sua incidência, sob o argumento de que o longo período decorrido entre a entrega do envelope e a outorga de permissão para exploração de serviço de radiodifusão causou desequilíbrio na equação econômico-financeira contratual. Precedentes.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1056257/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/08/2016, DJe 15/08/2016)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL. CONTRATOS. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ENTREGA DAS CHAVES. MORA. SALDO DEVEDOR. CORREÇÃO MONETÁRIA. SUSPENSÃO. IMPOSSIBILIDADE. EQUIVALÊNCIA ECONÔMICA DAS OBRIGAÇÕES. INEXISTÊNCIA. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a mora na entrega das chaves de imóvel adquirido na planta, excluída a má-fé da construtora, não autoriza a suspensão da correção monetária do saldo devedor.

3. A correção monetária nada acrescenta ao valor da moeda,

servindo apenas para recompor o seu poder aquisitivo, corroído pelos efeitos da inflação, constituindo fator de reajuste intrínseco das dívidas de valor.

4. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em regra, orienta-se no sentido de que a demora na entrega do imóvel constitui mero inadimplemento contratual, o que por si só não gera o dever de indenizar.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1679469/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2018, DJe 01/02/2019) (grifou-se)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. VENCIMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A correção monetária, por não constituir nenhum acréscimo, mas mera recomposição do valor, deve incidir desde o vencimento de cada prestação da dívida. Precedentes.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 874.226/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 04/08/2016, DJe 09/08/2016)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALÊNCIA. HABILITAÇÃO. DÍVIDA. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS. TAXA ANBID. SÚMULA N. 176-STJ. CAPITALIZAÇÃO ANUAL. ACOLHIMENTO. EFEITOS INFRINGENTES.

1. A correção monetária, por não constituir qualquer acréscimo ao débito, independe de previsão contratual.

2. "É nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela ANBID/CETIP." (súmula nº 176-STJ). "Adoção, em substituição, pela taxa média de captação por Certificados de Depósitos Bancários, com prazo de 60 (sessenta) dias, apurada pelo Banco Central do Brasil e divulgada por entidade pelo mesmo credenciado." (REsp 181.824/RJ, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 28/06/2001, DJ 06/05/2002, p. 294) 3. É permitida a capitalização anual nos contratos bancários em geral, nos termos do Decreto 22.626/33, independentemente de pactuação.

4. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos modificativos.

(EDcl no AgRg no Ag 616.328/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 04/09/2012, DJe 14/09/2012) (grifou-se)

2. Ademais, esta Corte Superior tem entendido, ainda, que *"o pagamento do seguro deve ser calculado com a devida correção monetária, computada desde a data do contrato até a do efetivo pagamento"* (AgRg no REsp 1.202.738/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/04/2013, DJe 18/04/2013).

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. TERMO INICIAL DE CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. De acordo com a jurisprudência desta Corte, nas indenizações securitárias, a correção monetária incide desde a data da celebração do contrato até o dia do efetivo pagamento do seguro. Precedentes.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgRg nos EDcl no REsp n. 1.297.910/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 13/10/2015.)

Destarte, aplica-se a orientação prevista no enunciado 83 deste Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que *"não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"*.

3. Do exposto, com fulcro no artigo 932 do CPC/2015 e na Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator